

PSOL
PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE

**UMA ALTERNATIVA SOCIALISTA PARA DISPUTAR A PREFEITURA DE
CAMPO GRANDE-MS**

**A NOVA REALIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO E EQUILIBRIO
SOCIAL**

ELEIÇÕES 2012-

APRESENTAÇÃO

O PSOL é um partido que se mantém atualizado, em todas as esferas, sem dar menos importância a nenhuma delas sempre se informando das conjunturas internacionais, nacionais e locais. Para que assim a luta deste partido seja direcionada às necessidades reais da população, dito isso, passa-se a análise dessas conjunturas.

RESOLUÇÃO SOBRE CONJUNTURA INTERNACIONAL – PSOL

A crise do capital e a ofensiva dos trabalhadores

1. O início de 2012 segue sob o signo da crise econômica mundial. Seu prolongamento demonstra sua dimensão estrutural, seja por seu alcance e profundidade, seja pela incapacidade dos agentes do capital – notadamente governos e organismos multilaterais como o Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) – de darem uma resposta duradoura aos efeitos da crise. A preparação de um segundo pacote de ajuda à Grécia e as medidas de ajuste fiscal e retirada de direitos em países como Espanha e Portugal são a demonstração da disposição do capital de seguir investindo contra os trabalhadores e a soberania dos Estados nacionais.

2. Em meio ao aprofundamento da crise, continuam se expressando diversas mobilizações contra os planos de ajuste fiscal, com destaque para as recentes greves gerais da Espanha, Itália e Grécia e da retomada da luta dos jovens “indignados” em comemoração ao 15M em toda a Espanha. Estes enfrentamentos, porém, tem sido melhor capitalizados naqueles países onde as condições políticas e legais permitiram a organização de partidos e coalizões socialistas combativos e independentes. Mais do que nunca, viabilizar instrumentos partidários capazes de dar uma direção revolucionária às lutas, é a palavra de ordem na Europa e nos demais países onde as lutas tem avançado. Ao mesmo tempo, importantes processos eleitorais têm sido o desaguadouro da insatisfação popular. Após a vitória do conservador Partido Popular, na Espanha, as atenções de todo o mundo voltaram-se nas últimas semanas para a França e a Grécia. Porém, se é certo que há um desejo de mudança que toma conta da Europa, o exemplo espanhol e francês é a prova cabal de que o sentido destas mudanças não tomará necessariamente um sentido progressista.

3. No caso da França, mais que a disputa entre o conservador Sarkozy e o social-democrata Hollande, ambos comprometidos com os ditames da “troika” formada

por União Europeia, FMI e BCE, o que esteve em jogo nestas eleições foi a disputa pelo espaço criado pela insatisfação popular diante das medidas do atual governo. Pela extrema-direita, Marine Le Pen apresentou novamente as já conhecidas saídas xenofóbicas, racistas e violentas que caracterizam o projeto liderado por seu pai, Jaen Marie Le Pen. Pela esquerda socialista, o setor que melhor conseguiu ocupar um espaço de crítica às saídas liberais e conservadoras, foi a Frente de Esquerda, liderada por Jean Luc Mélenchon. Apesar da divisão que ainda marca a esquerda francesa, sobretudo neste processo eleitoral, os índices alcançados por Mélenchon (mais de 11%) no processo eleitoral, demonstra que a crise pode abrir espaços para a construção de alternativas socialistas.

4. Porém, o resultado das eleições na França é paradigmático: se a conservação do atual modelo econômico, liderado por Sarkozy, logrou obter menos de um terço dos votos (27%), sendo derrotado no primeiro turno por um amplo sentimento de mudança, é preciso observar o sentido deste sentimento. Pouco impactado pela crise, em comparação com seus vizinhos, o povo francês optou majoritariamente por uma mudança moderada. As saídas radicais, simbolizadas por Melénchon (pela esquerda) e Marine Le Pen (pela extrema-direita), embora angariando quase um terço dos votos, tiveram um sentido majoritariamente conservador (18% de Marine contra 11% de Melénchon), o que demonstra que é preciso reforçar em escala global a resistência das ruas e fortalecer os instrumentos partidários comprometidos com a ruptura da atual ordem econômica.

5. Na Grécia, o extraordinário resultado conquistado pela coligação da esquerda radical, Syriza no primeiro turno, impediu a formação do novo governo. Resultado das jornadas populares que há meses enfrentam as políticas de ataques aos trabalhadores, a vitória do Syriza colocou em xeque a manutenção dos interesses da Troika (FMI, UE e Banco Central Europeu) naquele país. Recusando a proposta do presidente grego de formar um governo tecnocrata, os socialistas obrigaram, assim, a realização de novas eleições que ocorrem neste dia 17. O Syriza, que foi o segundo partido mais votado das legislativas, afastou qualquer possibilidade de compor um executivo que defenda a aplicação das medidas de ajuste fiscal. Até agora todas as tentativas dos principais partidos para formar um governo falharam, numa altura em que se intensificam as dúvidas sobre a continuidade do país na Zona Euro. Diante disso, cabe ao PSOL reforçar sua solidariedade ao povo grego e ao Syriza, enviado uma delegação de solidariedade tão logo seja possível.

6. No norte da África, especialmente no Egito e Tunísia, os processos eleitorais tem servido para fortalecer a hegemonia dos partidos muçulmanos no movimento de massas. A maioria parlamentar conquistada em ambos os países, demonstra que o desfecho das rebeliões populares que tiveram início em 2011 ainda está em aberto e depende da luta de classes para ter um desfecho positivo para os trabalhadores destes países, ainda que a derrubada dos regimes autoritários lá presentes seja, em si, uma importante vitória, que assegurou não apenas eleições livres como um avanço das liberdades individuais. No Egito, as eleições presidenciais que

acontecem nestes dias 16 e 17 é marcada pela polarização entre um ex-premier de Hosni Mubarak e o candidato da Irmandade Mulçumana. A fragmentação da esquerda, porém, não significa que o movimento de massas esteja adormecido. As lutas continuam, razão pela qual devemos acompanhar atentamente o processo em curso naquela região.

7. Um elemento importante que exige um posicionamento do PSOL é o aumento do conflito que tem tido lugar na Síria. O fortalecimento da oposição ao governo de Bashar Al-Assad, em parte financiada e coordenada a partir da Arábia Saudita pelo imperialismo, e a violenta resposta do exército sírio, tem levado o conflito a tomar os contornos de uma Guerra Civil. Enquanto isso, a impossibilidade por parte das potências ocidentais de viabilizarem uma intervenção militar, por conta dos vetos de Rússia e China, não podem fazer-nos acreditar que esta hipótese esteja descartada. Assim, segue correta a orientação do III Congresso do PSOL: é preciso defender uma saída soberana do povo sírio ao seu conflito, apoiando a oposição laica, nacionalista e revolucionária ao governo Assad, ao mesmo tempo em que denunciemos fortemente qualquer possibilidade de agressão imperialista e rechaçando atos comprovados de violência contra civis por parte do governo da Síria.

8. Ao mesmo tempo, cabe ressaltar que Israel segue cumprindo o papel de centro articulador dos interesses imperialistas no Oriente Médio. Em troca, segue recebendo o apoio dos EUA e da União Europeia à ocupação da Palestina. São comprovadas as denúncias feitas por inspeção coordenada pelo ex-presidente dos EUA, Jimmy Carter, quanto à existência do único arsenal militar nuclear na região, localizado naquele país. Esta denúncia se reforçou recentemente, com o artigo de capa da insuspeita Der Spiegel, mais importante revista alemã, quanto ao fato de Alemanha vira fornecendo submarinos com possibilidade de portar e disparar armamento nuclear. Mesmo assim, os avanços na unidade das forças de resistência palestinas têm feito avançar sua causa de libertação, conquistando o reconhecimento do Estado Palestino na Unesco e de diversos países membros das Nações Unidas.

9. Nos Estados Unidos, o avanço conservador demonstra as fragilidades do governo de Barack Obama. Longe de tomar a iniciativa de realizar reformas profundas contra as medidas do governo Bush, radicalizou algumas de suas piores características. Mais do que nunca, os EUA dependem do capital financeiro e da guerra para manterem sua hegemonia, razão pela qual os setores conservadores do semelhante Partido Republicano ganham espaço e Obama reafirma seu compromisso com a estratégia militar genocida herdada de George W. Bush. Os assassinatos seletivos e as matanças coordenadas pelas forças armadas estadunidense, a partir da política de killing list. Isso também explica o endurecimento do discurso dos EUA em relação ao Irã e as constantes tentativas de viabilizar uma agressão à Síria.

10. Na América Latina, por sua importância na geopolítica regional, dois processos eleitorais terão especial importância neste ano. O primeiro é a eleição presidencial

no México, que tem relação direta com a situação econômica e política dos EUA. Lá, três candidaturas disputam com chances reais de vitória. O candidato do PRI, Peña Nieto, lidera as pesquisas e propõe uma política econômica fundamentalmente liberal. Apoiou nas últimas eleições o atual presidente, Felipe Calderón, quando este enfrentou López Obrador num pleito marcado por fraudes e questionamentos. Já Josefina Vázquez Mota, do PAN, é a candidata do governo e apresenta-se como o legítimo representante do capital financeiro e da austeridade fiscal. As forças de esquerda uniram-se novamente em torno de Lopez Obrador, do PRD. Embora defenda uma saída “à la brasileira” para os efeitos da crise no México, a ausência de alternativas pela esquerda levou a um maciço apoio à sua candidatura de setores socialistas e revolucionários, que vão desde o PRT até a recém-criada Organização Política do Povo e dos Trabalhadores (OPT), nova frente social e política que reúne variados setores da esquerda mexicana. Neste cenário, assim como aconteceu recentemente no Peru, a tendência é que haja uma onda de solidariedade àquele que representa, desde os interesses dos trabalhadores mexicanos, um “mal menor”. Apesar de moderado, a vitória de López Obrador (atualmente terceiro colocado nas pesquisas) seria uma grande derrota para os interesses dos EUA, razão pela qual devemos expressar nossa solidariedade aos companheiros e companheiras que apoiam sua candidatura, em especial aos estudantes que se organizam no movimento #Soy132 e demais movimentos sociais combativos.

11. O segundo processo eleitoral decisivo acontece na Venezuela. Pela primeira vez desde o início da Revolução Bolivariana, a direita venezuelana unifica-se em torno de um único candidato. Mudando a tática em comparação com outras eleições, o candidato conservador, Henrique Capriles, aposta no reconhecimento dos avanços do processo bolivariano e no discurso da “unidade nacional”. Ao mesmo tempo, apesar de manter elevados níveis de popularidade, Chávez tem contra si as incertezas provocadas por sua doença. Isto tem sido explorado por seus inimigos que afirmam que a gravidade de seu câncer seria tal que comprometeria a capacidade de Chávez concluir seu mandato. De qualquer forma, (não obstante as necessárias críticas) e apesar das insuficiências do processo bolivariano, é hora de cerrar fileiras em torno de sua defesa. A derrota de Chávez significaria um triunfo do imperialismo e um retorno da Venezuela à condição de laboratório das políticas dos EUA na América Latina.

12. Mas a resistência popular aos efeitos da crise não se expressa em nosso continente só nos processos eleitorais. A nova marcha no Chile, que reuniu mais de cem mil jovens contra o governo conservador de Sebastián Piñera semanas atrás, a mobilização dos movimentos indígenas e populares contra os projetos do IIRSA no Equador, Bolívia e Peru e o amplo apoio da sociedade argentina à expropriação da YPF, à Ley de Medios e à defesa das Malvinas naquele país, demonstram que o continente está farto de medidas privatizantes. Há espaço para o avanço de alternativas populares que prevejam medidas radicais como expropriações, controle de capitais, regulação da mídia burguesa, reforma agrária, dentre outras.

13. No Brasil, desde o ponto de vista internacional, o principal episódio de resistência

aos efeitos da crise econômica mundial será a realização da Cúpula dos Povos, paralela à realização da conferência da ONU sobre meio ambiente “Rio+20”. A Cúpula será um espaço de confluência de diversas organizações que tem dado o combate aos efeitos ambientais da crise capitalista. Por isso, é tarefa central do PSOL assegurar uma presença massiva de militantes e dirigentes neste espaço, organizando atividades próprias e contribuindo com a organização do evento em si.

São Paulo, 16 e 17 de junho de 2012.

DIRETÓRIO NACIONAL DO PSOL

RESOLUÇÃO DE CONJUNTURA NACIONAL – PSOL

NO BRASIL A LUTA CONTINUA!

1. No Brasil os efeitos do agravamento da crise econômica mundial já se fazem sentir. A divulgação do Produto Interno Bruto no primeiro trimestre deste ano, de apenas 0,2%, e a clara desaceleração das atividades industriais acendeu a luz amarela no governo Dilma. O Brasil conseguiu ficar atrás de todos os países que compõem o BRICS, além dos de igual porte da América Latina. O posicionamento do Ministro da Fazenda, admitindo que o governo não contava com o agravamento da crise internacional, é sintomático.

2. A capacidade e disposição do governo de enfrentar a crise são limitadas pelos seus compromissos com o capital financeiro e pela política de superávit primário e religioso pagamento da dívida pública. O Orçamento Federal de 2012 prevê que 47,19% dos recursos arrecadados será desviada para engordar os banqueiros através do pagamento de juros, amortizações e rolagem da dívida pública.

3. Os projetos priorizados pelo governo para as votações no Congresso deixam clara a intenção de transmitir uma sinalização aos mercados de que nenhuma mudança abrupta de conduta acontecerá no enfrentamento da crise. A votação do Código Florestal, da Lei da Copa e da lei que cria o Fundo de Previdência dos Servidores Públicos (Funpresp), bem como a privatização dos mais lucrativos aeroportos do país, expressa por parte do governo Dilma uma clara intenção de ceder ainda mais espaço ao capital privado.

4. No caso do Funpresp, é revestida de grande simbolismo a aprovação em tempo recorde desta que, na prática, transformou-se na terceira reforma da previdência social, concedendo ao setor privado generosa fatia de recursos dos servidores e da União e criando o maior fundo privado do país. A ideia de seguridade social, uma conquista da economia política do mundo do trabalho, foi mais uma vez golpeada em favor do Capital, dando continuidade à dinâmica de ataques aos direitos herdada dos governos Collor, FHC e Lula. Tal medida jogará milhares de servidores nas incertezas do mercado, provocando diminuição dos recursos do sistema previdenciário público e obrigando os servidores a contribuir mais com a previdência, caso queiram receber a aposentadoria integral.

5. Em matéria tão estratégica em termos de concepção de Estado, a votação expressou também os limites intransponíveis da oposição demo-tucana. As declarações do PSDB resumem bem o dilema dos setores conservadores: a divergência é apenas de tempo, ou seja, não há discordância programática com o PT e o bloco de sustentação, apenas uma queixa pelo atraso em tomar tais medidas.

6. Há um claro aprofundamento das medidas privatizantes no governo federal. No primeiro ano foi viabilizada a privatização dos principais aeroportos do país e dos Hospitais Universitários através da criação da Empresa Pública de Serviços Hospitalares (EBSERH). Para este ano está prevista a entrega da manutenção das rodovias federais para o setor privado e o aprofundamento da entrega de parte da produção petrolífera através dos leilões do pré-sal, previstos para este ano.

7. Enquanto isso, a submissão do governo aos caprichos da FIFA revela apenas um aspecto do debate sobre a Lei da Copa. O que se tenta, na verdade, é aprovar uma legislação que revoga garantias e direitos previstos no arcabouço jurídico do país. Para além deste debate, a preparação da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016 tornou-se um espaço de ataque ao direito de moradia de milhares de brasileiros, um campo fértil para especulação imobiliária e superfaturamento das obras, sejam as relativas à construção de estádios, sejam as obras de infraestrutura urbana. Governos conservadores de diferentes partidos estão unidos nesta grande negociata.

8. O novo código florestal aprovado e sancionado por Dilma, apesar de seus vetos, representa uma consolidação das concessões legais para o agronegócio. A disposição do agronegócio em derrubar os vetos da presidenta pode reincorporar a lei o perdão aos desmatamentos ilegais, o estímulo ao aumento da ocupação predatória do solo, o aprofundamento do avanço sobre os mananciais de água e retirada dos direitos dos povos indígenas. O seu teor é em tudo coerente com as políticas neodesenvolvimentistas implementadas por Lula e Dilma. A construção de hidrelétricas na Amazônia, especialmente a de Belo Monte, é um exemplo de que o governo está disposto a passar por cima dos direitos do povo em nome de um progresso para poucos.

9. Cabe ressaltar, porém, que as dificuldades do governo na votação do Código Florestal não exprimem uma dificuldade pontual. A capacidade de pressão e aglutinação da chamada “bancada ruralista” tem criado, na prática, um bloco suprapartidário entre forças da base de apoio ao governo e da oposição de direita que colocam em curso uma ofensiva conservadora que não se resume ao Código Florestal, como demonstra a aprovação na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de proposta que retira do Executivo e transfere ao Congresso Nacional a responsabilidade pela demarcação de terras indígenas, titulação de comunidades quilombolas e definição dos perímetros das áreas de conservação. Além disso, as manobras para impedir a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 438, que expropria as áreas onde for constatada a existência de trabalho escravo, através da relativização do próprio conceito de trabalho escravo e do questionamento às ações dos fiscais do

trabalho e demais órgãos de fiscalização e controle, são expressão deste fenômeno.

10. Este setor, cujo principal interlocutor no parlamento é o PMDB, chantageia o próprio governo (como no caso do Código Florestal) e assume um peso decisivo na chamada “governabilidade”. Além disso, no plano econômico, o agronegócio exportador assume um papel cada vez mais preponderante na balança de pagamentos do governo. Com a baixa dos juros, e a consequente evasão de capitais especulativos, o crescimento econômico torna-se mais dependente deste setor da economia, acelerando a desindustrialização e aumentando a dependência da aliança com o agronegócio. Mesmo as recentes medidas de diminuição dos juros bancários anunciadas pelo governo, são limitadas, uma vez que para manter suas taxas de lucro os bancos preparam um aumento das tarifas bancárias, socializando com os usuários em geral as perdas ocasionadas pela diminuição dos juros. Assim, os bancos devem seguir com lucros extraordinários, enquanto Dilma pronuncia-se em cadeia de rádio e TV como símbolo da luta contra o capital financeiro, na verdade, seu aliado de primeira hora.

11. Este conjunto de ações governamentais tem ajudado no crescimento de manifestações do conservadorismo em nosso país. O legítimo direito de greve foi aviltado pelas punições e demissões de policiais militares e bombeiros do RJ e BA. As manifestações dos oficiais da reserva das Forças Armadas contra a instalação da Comissão da Verdade mostram que o reacionarismo está menos inibido. Estes são alguns exemplos de uma retomada conservadora, que não encontra no governo nenhuma reação de conjunto.

12. Ao mesmo tempo, nota-se uma crescente criminalização dos movimentos sociais, como vimos recentemente na ocupação do Pinheirinho e em outros processos de luta por moradia digna. Até a lei da Lei da Ficha Limpa, importante avanço apoiado pelo PSOL desde o primeiro momento, tem sido utilizada desde a última eleição para alijar da disputa candidaturas de lutadores dos movimentos sociais. Por outro lado, continua o assassinato de lideranças sindicais, populares, indígenas e quilombolas nos quatro cantos do país. Assim, a generosidade tributária do governo para com setores empresariais é acompanhada de aumento das restrições ao direito de greve, inclusive com demissões e utilização da Força Nacional para impedir paralisações em obras consideradas estratégicas pelo governo.

13. É no plano político, porém, que o governo assume características mais conservadoras. A partir da construção de uma “governabilidade” baseada em alianças pragmáticas, dado como regra incontornável do presidencialismo de coalizão, a aliança PT-PMDB mantém e reforça práticas que tem levado a sucessivos casos de corrupção, envolvendo tanto o governo como a oposição de direita. A prisão do bicheiro Carlinhos Cachoeira e a revelação de sua íntima relação com inúmeros políticos, num espectro político que vai do PT ao DEM e que pode envolver pelo menos quatro governadores (RJ, GO, DF e TO), reabriu o debate sobre os estreitos vínculos entre o crime organizado, as estruturas estatais e o capital privado – neste episódio representado pela mega-empresária Delta. Dados revelados mostram que os tentáculos do contraventor se

espalharam pelo Judiciário, pela Polícia Federal, pelos órgãos dos governos federal e estaduais. Esta não é a única e talvez nem seja a maior organização presente nas estranhas do Estado brasileiro.

14. As recentes denúncias reacenderam o debate sobre a corrupção em nosso país. A “faxina ética” prometida por Dilma foi apenas um gesto de jogar a sujeira pra debaixo do tapete e acomodar sua fisiológica base de sustentação. Enquanto isso, nem a imprensa burguesa, nem os principais expoentes da recém instalada “CPI do Cachoeira”, tocam no problema fundamental do financiamento das campanhas eleitorais e da necessidade da Reforma Política, que há meses aguarda votação na Câmara dos Deputados. Nestes episódios tem sido possível diferenciar o papel de um partido de esquerda e mostrar a importância da existência do PSOL. A postura de nossa bancada na Câmara e no Senado foi essencial para esta capitalização, apontando o caráter estrutural da corrupção, evitando a reprodução dos discursos moralistas que caracterizam a intervenção da oposição conservadora.

15. A aprovação do Regime Diferenciado de Contratações (RDC), que flexibiliza a Lei de Licitações para a Copa do Mundo, foi um duro golpe na transparência dos gastos públicos. Agora, o governo quer usar o mesmo artifício para todas as obras do PAC, independentemente de estarem ou não vinculadas aos mega-eventos esportivos. A aprovação desta medida significa o aprofundamento da corrupção sistêmica como componente já enraizado no funcionamento das instituições brasileiras. Ao mesmo tempo, a pressão dos setores conservadores contra as investigações sobre magistrados, encarnado nos ataques ao papel do Conselho Nacional de Justiça, mostram que as elites corruptas seguem trabalhando para minar qualquer avanço na transparência pública.

16. Com o agravamento da crise presenciamos a continuidade da gradual retomada das lutas sociais. A greve dos professores das instituições federais de ensino superior escancara a ausência de política para a valorização do serviço público por parte do governo, mais preocupado em manter seus compromissos com o grande capital. Em termos de ações unitárias reconhecemos como um avanço a realização de três dias de paralisação nacional dos professores da educação básica em defesa do piso salarial nacional. Da mesma forma ressaltamos a heroica luta dos policiais militares da Bahia e Rio de Janeiro, que apesar de duramente reprimida, conseguiu colocar em movimento segmentos da classe trabalhadora sem tradição nas lutas de massas. As recentes greves de trabalhadores que constroem as usinas hidrelétricas de Santo Antônio, Jirau e Belo Monte também mostram que a lógica de superexploração continua presente na construção de grandes projetos, mas que os trabalhadores não estão dispostos a ver suprimidos seus direitos. A postura do Judiciário, da grande mídia e do governo tem sido de tentar negar a existência destas lutas, reprimi-las com a Força Nacional e Polícia Local, demitir massivamente os grevistas e perseguir suas lideranças.

17. Por outro lado, com o aprofundamento da crise e a nascente retomada de lutas de resistência fica ainda mais evidente o prejuízo histórico da fragmentação da organização sindical dos trabalhadores. As principais centrais desempenham um papel de amortecimento das lutas, impedindo a sua unificação, enquanto

os setores combativos ainda são pouco representativos. Assim, reconhecemos como um importante avanço a realização do Seminário de Lutadores e Lutadoras contra a Criminalização dos Movimentos Sociais, realizado no Rio de Janeiro nos dias 21 e 22.

18. Seja nas votações do Congresso Nacional, seja na condução das recentes lutas no movimento social, há um processo de avanço no imaginário dos lutadores sociais e de setores mais conscientes da sociedade de que o PSOL é a principal alternativa como oposição programática e ideológica com visibilidade pública ao governo Dilma, credenciando nosso partido como importante ferramenta de mudança das condições de existência de nosso povo.

19. Diante do quadro de limitada inserção da esquerda socialista no movimento social é razoável prever que parte da insatisfação social com os efeitos da crise e com a continuidade da política conservadora e fisiológica possa se expressar no crescimento eleitoral do PSOL na disputa que se avizinha. As recentes pesquisas divulgadas em Belém, Macapá, Rio de Janeiro e outras capitais mostram que esta possibilidade não deve ser menosprezada. Nos locais em que possuímos candidatos com densidade social e/ou eleitoral o partido tem se tornado aos olhos da população uma alternativa de poder.

20. Antes, porém, que tenha início o calendário eleitoral, teremos um evento, que desde o ponto de vista internacional, será um importante momento de resistência aos efeitos da crise econômica mundial. Paralelamente a Conferência Rio+20 será realizada a Cúpula dos Povos. A Cúpula será um espaço de confluência de diversas organizações que tem dado o combate aos efeitos ambientais da crise capitalista. Por isso, é tarefa central do PSOL assegurar uma presença massiva de militantes e dirigentes neste espaço, organizando atividades próprias e contribuindo com a organização do evento em si.

21. Neste sentido se apresentam tarefas urgentes ao partido:

1. Colocar em curso as campanhas internacionais aprovadas em nosso III Congresso, como o movimento contra o IIRSA e em apoio aos trabalhadores europeus em luta contra a retirada de direitos e as políticas de ajuste fiscal;

2. Intensificar as campanhas nacionais anteriormente aprovadas, especialmente o combate ao pagamento da dívida e a mobilização pelo veto ao novo código florestal, incorporando o PSOL ao movimento “Veta Tudo Dilma”;

3. Aumentar o engajamento e participação do PSOL na campanha nacional pelos 10% do PIB para a educação, antes da votação do novo Plano Nacional de Educação que deve ocorrer nos próximos dias;

4. Todo apoio à greve dos professores das Ifes;

5. Acelerar o engajamento partidário na mobilização social para a Cúpula dos Povos;

6. Massificar a solidariedade ao mandato da deputada Janira Rocha e contra as punições dos policiais militares;
7. Garantir solidariedade ativa as greves dos operários nas hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte;
8. Participação na mobilização pela apuração de todos os crimes cometidos pela Ditadura Militar, pressionando a Comissão da Verdade e apoiando a proposta de revisão de Lei de Anistia;
9. Garantir a formulação de proposições alternativas de combate à crise econômica;
10. Garantir a realização da Conferência Sindical Nacional do partido como forma de incidir na fragmentação do movimento sindical brasileiro.

A partir da análise dessas conjunturas pode-se passar a idéia do programa do PSOL.

Programa do PSOL

Introdução

Este programa estabelece um ponto de partida para a construção de um projeto estratégico, capaz de dar conta das enormes demandas históricas e concretas dos trabalhadores e dos excluídos do nosso país.

Não se trata, portanto, da imposição de uma receita pré-estabelecida, hermética, fechada, imune às mudanças na realidade objetiva e a experiência viva das lutas sociais do nosso povo. Pois definir seus balizadores iniciais de estratégia e de princípio não significa estabelecer qualquer restrição a constantes atualizações, para melhor compreender e representar as novas demandas populares.

Nessa perspectiva de caminhos novos para a discussão de um projeto socialista, a necessidade da construção de um partido de novo tipo se afirma de forma cada vez mais clara. É uma necessidade objetiva para aqueles que, nos últimos vinte anos, construíram uma concepção combativa de PT, e lhe deram a extraordinária possibilidade de abrir as portas para um Brasil sem miséria e sem exploração, mas que viram suas lutas, seus sonhos e expectativas traídas.

A ruptura com o PT começou pelos servidores federais, seguida de amplos setores intelectuais, de segmentos da juventude e de uma significativa parcela da população, fragmentada na rebeldia, mas localizada na quase totalidade de pesquisas de opinião realizadas.

Criou-se, assim, um novo e histórico momento para o país e para a esquerda socialista que mantém de pé as bandeiras históricas das classes trabalhadoras e oprimidas. Na medida em que o governo Lula acelera a rota para o precipício, abre-se um caminho para uma alternativa de esquerda conseqüente, socialista e democrática, com capacidade de atrair e influenciar setores de massas, e oferecer um canal positivo para os que acreditam em um outro Brasil.

Parte I – Bases do programa estratégico

1) Socialismo com democracia, como princípio estratégico na superação da ordem capitalista.

O sistema capitalista imperialista mundial está conduzindo a humanidade a uma crise global. A destruição da natureza, as guerras, a especulação financeira, o aumento da superexploração do trabalho e da miséria são suas conseqüências. Sob o atual sistema, o avanço da ciência e da técnica só conduz a uma mais acelerada concentração de riquezas. A agressiva busca do controle estratégico dos recursos energéticos do planeta está levando à própria devastação destes recursos. A lógica egoísta e destrutiva da produção, condicionada exclusivamente ao lucro, ameaça a existência de qualquer forma de vida.

Assim, a defesa do socialismo com liberdade e democracia deve ser encarada como uma perspectiva estratégica e de princípios. Não podemos prever as condições e circunstâncias que efetivarão uma ruptura sistêmica. Mas como militantes conscientes que querem resgatar a esperança de dias melhores, sustentamos que uma sociedade radicalmente diferente, somente pode ser construída no estímulo à mobilização e auto-organização independente dos trabalhadores e de todos os movimentos sociais.

O essencial é ter como permanente a idéia de que não se pode propor essa outra sociedade construída sem o controle dos próprios atores e sujeitos da auto-emancipação. Não há partido ou programa, por mais bem intencionado que seja, que os substituam. Uma alternativa global para o país deve ser construída via um intenso processo de acumulação de forças e somente pode ser conquistada com um enfrentamento revolucionário contra a ordem capitalista estabelecida. Nesta perspectiva é fundamental impulsionar, especialmente durante os processos de luta, o desenvolvimento de organismos de auto-organização da classe trabalhadora, verdadeiros organismos de contra-poder.

O desafio posto, portanto, é de refundar a idéia e a estratégia do socialismo no imaginário de milhões de homens e mulheres, reconstruindo a idéia elementar – mas desconstruída pelas experiências totalitárias dos regimes stalinistas e as capitulações à ordem no estilo da 3ª via social-democrata – de que o socialismo é indissociável da democracia e da liberdade, da mais ampla liberdade de expressão e organização, da rejeição aos modelos de partido único. Enfim, de que um projeto de emancipação social dos explorados e oprimidos nas condições atuais é um verdadeiro projeto de emancipação da civilização humana, de defesa da vida diante das forças brutais de destruição acumuladas pelo capitalismo imperialista.

A defesa do socialismo, finalmente, não é apenas a defesa das reivindicações dos trabalhadores melhor organizados, mas a conseqüente busca de incorporação das reivindicações e lutas de todos os setores oprimidos. A luta pelo socialismo é também a luta contra todas as opressões, injustiças e barbáries cotidianas.

2) Não há soberania, nem uma verdadeira independência nacional, sem romper com a dominação imperialista.

O capital financeiro-imperialista não se limita à sangria do pagamento da dívida e dos ajustes impostos pelo FMI. Pretende impor, agora, com os acordos em negociação (caso concreto da ALCA), as condições para um aumento maior da exploração, com a resultante dilapidação dos nossos recursos naturais e energéticos. A Amazônia é um alvo concreto. O controle da sua biodiversidade, através das “leis de patentes”, e a devastação florestal em busca dos minérios, ou na lógica do agro-negócio, são parte dessa ofensiva. Outro alvo das multinacionais são as bacias da Petrobrás.

Um programa alternativo para o país tem que ter nas suas bases fundadoras o horizonte da ruptura com o imperialismo e suas formas de dominação. O Brasil precisa de uma verdadeira independência nacional. E ela só é possível com uma rejeição explícita à dominação imperial.

3) Rechaçar a conciliação de classes e apoiar as lutas dos trabalhadores.

Nossa base programática não pode deixar de se pautar num princípio: o resgate da independência política dos trabalhadores e excluídos. Não estamos formando um novo partido para estimular a conciliação de classes. Nossas alianças para construir um projeto alternativo têm que ser as que busquem soldar a unidade entre todos os setores do povo trabalhador – todos os trabalhadores, os que estão desempregados, com os movimentos populares, com os trabalhadores do campo, sem-terra, pequenos agricultores, com as classes médias urbanas, nas profissões liberais, na academia, nos setores formadores de opinião, cada vez mais dilapidadas pelo capital financeiro, como vimos recentemente no caso argentino. São estas alianças que vão permitir a construção da auto-organização independente e do poder alternativo popular, para além dos limites da ordem capitalista. Por isso, nosso partido rejeita os governos comuns com a classe dominante.

4) Reivindicações para a luta imediata e bandeiras históricas para além da ordem.

A defesa de melhores salários, o combate contra o desemprego e contra a corrupção, a luta pela reforma agrária, a luta por uma reforma tributária que taxe o grande capital, a luta pela reforma urbana são alguns exemplos de reformas verdadeiramente prementes, que devemos defender com a compreensão de que elas não se realizam plenamente nos parâmetros do sistema capitalista.

5) A defesa de um internacionalismo ativo.

São tempos de agressão militar indiscriminada do imperialismo. Os EUA se destacam como país agressor, que agora chefia a ocupação do Iraque, intervém na Colômbia, no Haiti, promove tentativas de golpes na Venezuela e apóia o terrorismo de Estado, de Israel contra os palestinos. A retomada do internacionalismo é objetivo do novo partido. Para além do nosso continente, temos que empenhar todo o esforço no apoio ao movimento anti-globalização, com seus fóruns sociais e suas mobilizações de massas iniciadas a partir de Seattle.

No caso das sistemáticas agressões, guerras de ocupação das grandes potências capitalistas, como no caso do Iraque, devemos levantar de forma inequívoca a auto-determinação dos povos e contra qualquer tipo de intervenção militar.

Parte II – Bases de análise e caracterizações

1) Aumenta a exploração do Brasil e da América Latina.

O caráter parasitário do sistema capitalista se faz mais evidente na atual fase da economia mundial. Somente uma parte do capital é mobilizado para adquirir matérias primas, ampliação de recursos humanos e investimentos, renovação de equipamentos produtivos. Sua maior parte se destina a especular sobre o valor futuro da produção, utilizando-se dos mais variados instrumentos especulativos, seja o câmbio das moedas, a dívida pública, a sobrevalorização dos terrenos, as ações das empresas e dos mercados futuros e os investimentos em tecnologia.

O atual regime financeirizado exige um grau bastante elevado de liberalização e desregulamentação das economias nacionais. E, por conta de dívidas externas nunca auditadas, impõe processos de privatização. Acordos como a ALCA e a propriedade intelectual também são fatores de aumento da exploração.

Por conta de benesses tributárias, tais como isenção de remessa de lucros e dividendos para suas matrizes, grandes corporações multinacionais já se apropriaram de mais da metade do capital de toda a indústria instalada no Brasil. Dominam diretamente 1/3 da indústria básica (petróleo, siderurgia, petroquímica, papel e celulose, agroindústria), mais de 80% da indústria difusora de tecnologia (aeronáutica, química fina, eletrônica) e metade de setores tradicionais da indústria nacional (bebidas, têxtil, alimentos, calçados). No setor de serviços aconteceu o mesmo, com a desnacionalização dos bancos, dos serviços de infraestrutura (como energia e telecomunicações) e até do comércio.

O mecanismo da dívida externa segue sendo fundamental neste processo de exploração e de domínio do imperialismo sobre o Brasil. Dos contratos de endividamento externo, disponíveis no Senado Federal, cerca de 92% deles têm cláusulas que permitem ao credor elevar as taxas de juros. Além disso, 49,5% dos contratos renunciam expressamente à soberania, indicando um foro estrangeiro para solucionar controvérsias. Por último, 38,36% dos documentos vinculam o recebimento do dinheiro à realização de programas do FMI ou do Banco Mundial, assim como 34,24% deles impedem o Brasil de controlar a saída de capitais.

2) A classe dominante brasileira é sócia da dominação imperialista.

A grande burguesia brasileira é sócia da dominação imperialista. Enquanto no Brasil mais de 50 milhões sofrem com a fome, apenas 5 mil famílias concentram um patrimônio equivalente a 46% da riqueza gerada por ano no país (PIB). Por sua vez os 50% mais pobres, isto é, 39 milhões de trabalhadores, detêm apenas 15% da renda nacional. Enquanto isso, os capitalistas brasileiros seguem especulando com os títulos brasileiros no exterior e mantêm bilhões de dólares nas suas contas nas ilhas Cayman, nas Bahamas, nas ilhas Virgens e em depósitos nos EUA. Registrado legalmente no Banco Central, no final de 2002, havia US\$ 72,3 bilhões de capitais investidos no exterior de residentes no Brasil. A ampla desnacionalização na indústria e no próprio sistema financeiro nacional — ocorrida nos anos 90 através de fusões e aquisições — foi aceita sem resistência séria de setores da classe dominante nacional; sob a aplicação do modelo neoliberal ficou evidente a incapacidade da classe dominante brasileira e suas

oligarquias setoriais e regionais de opor qualquer resistência séria à dominação do capital financeiro.

3) Governo Lula: guinada doutrinária a serviço do capital.

A vitória de Luis Inácio Lula da Silva foi uma rejeição do modelo neoliberal lançado no governo Collor, mas consolidado organicamente nos dois mandatos de FHC. Seus 52 milhões de votos eram a base consistente para uma nova trajetória governamental.

Seu governo, no entanto, foi a negação dessa expectativa. Depois de quatro disputas, Lula entregou-se aos antigos adversários, e voltou as costas às suas combativas bases sociais históricas. Transformou-se num agente na defesa dos interesses do grande capital financeiro. Na esteira dessa guinada ideológica do governo, o Partido dos Trabalhadores foi transformado em correia de transmissão das decisões da Esplanada dos ministérios.

Parte III – Um programa de ação, de reivindicações dos trabalhadores e do povo pobre e medidas democráticas, anticapitalistas e antiimperialistas

Ainda que nos marcos de um programa provisório, uma primeira plataforma de ação deve ser capaz de sintetizar e concretizar, não um simples enunciado de palavras-de-ordem, mas a articulação das reivindicações dos trabalhadores e do povo com a necessária ruptura com o FMI, com a dívida externa e Alca, bem como sua ligação à mudança do regime social e a conquista de um governo dos trabalhadores e das classes populares exploradas e oprimidas no capitalismo.

O caminho da luta, da mobilização direta, do apoio às greves pelas reivindicações é o caminho central por onde passa a defesa por melhores salários, o direito ao trabalho, à terra, e para enfrentar os ataques do imperialismo, dos capitalistas e seus governos. Por isso, estamos pela defesa e o apoio às lutas dos trabalhadores, desempregados, camelôs, sem teto, sem terra.

1) Redução imediata da jornada de trabalho para 40 horas, sem redução dos salários. Progresso tecnológico a serviço da criação de postos de trabalho.

Mais de um milhão de trabalhadores perderam o emprego em 2003. A crise do desemprego foi transformada numa crise estrutural. É fundamental o combate contra a generalização das horas extras e a redução da carga horária para 40 horas semanais, rumo à jornada de 36 horas.

Denunciamos também toda e qualquer tentativa de demissões e redução dos salários com o pretexto da falta de trabalho. Diante das reclamações da patronal acerca das suas dificuldades, defendemos que suas contas sejam abertas e o controle da produção se estabeleça.

Defendemos também a luta dos desempregados e dos trabalhadores da economia informal. Contra a repressão aos ambulantes e pela defesa das cooperativas dos trabalhadores.

2) Abaixo o arrocho nos salários. Reposição mensal da inflação. Recuperação efetiva do salário mínimo. Aumento real dos salários.

Como via de acesso a um incremento produtivo mantendo o mercado interno comprimido, os juros elevados e o ajuste fiscal garantido, o governo federal aposta todas as fichas nas exportações. Este tem sido o plano fundamental dos capitalistas no Brasil. Mas para que os capitalistas brasileiros exportem, competindo com outros burgueses, devem manter seus produtos baratos. Para isso, continuarão pagando salários de fome aos trabalhadores da cidade e do campo. É o que os grandes empresários consideram uma vantagem comparativa brasileira.

Sem recomposição dos salários, não há distribuição de renda efetiva. Defendemos a reposição mensal da inflação e aumentos reais para os salários. Defendemos que os salários sejam capazes de garantir o mínimo necessário para o trabalhador e sua família, tal como diz a Constituição. O controle sobre a produção das grandes empresas mostrará os lucros capitalistas e as possibilidades de aumentos.

3) Reforma agrária, essa luta é nossa. Terra para quem nela trabalha e quer trabalhar. Apoio ao MST, MTL, CPT e todas as lutas pelas reivindicações camponesas. Prisão para os latifundiários que armam suas milícias contra o povo.

Há 12 milhões de trabalhadores rurais sem-terra no Brasil. O esforço exportador da política do governo federal tem sido centrado no agro-negócio, cópia do modelo FHC. Neste modelo exportador não há lugar para a reforma agrária, para o assentamento digno do homem no campo. Cerca de 56% das terras brasileiras estão nas mãos de 3,5% dos proprietários rurais.

Para os pequenos agricultores, para agricultura familiar e para as cooperativas só há um lugar totalmente subordinado, não de uma política de estímulo e de crédito pesado para a produção ao mercado interno.

Em suma, para conseguir algum avanço, aos camponeses e trabalhadores rurais sem-terra o único caminho tem sido o da mobilização, das ocupações de terra, bloqueio de estradas, ocupação de prédios públicos.

Nestas lutas, porém, os trabalhadores têm contra si a impunidade dos latifundiários. Temos visto à luz do dia a ação das brigadas paramilitares dos latifundiários e a repressão aos sem-terra. Defendemos as ocupações e ações de luta dos sem-terra, porque somente dessa forma será possível garantir uma reforma agrária verdadeira. Somente com uma reforma agrária desta natureza se pode garantir a produção para o mercado interno e acumular poupança no campo. Mas para tanto não existe saída para o campo brasileiro sem a expropriação das grandes fazendas, sejam elas produtivas ou não.

O apoio com crédito, pesquisa tecnológica, preço justo, são da mesma forma peças fundamentais para uma política de autêntica reforma agrária.

4) Por uma ampla reforma urbana. Moradia digna com condições dignas para todos.

Milhões de famílias vivem em áreas de risco, não apenas devido a enchentes e desabamentos. Há milhões que estão no dia a dia vivendo em péssimas condições, sem acesso a água, sem saúde, com transporte precário e esgotos a céu aberto. Mesmo levando em conta a possibilidade de melhorias nestas sub moradias, seriam necessárias mais de seis milhões e seiscentos mil moradias para combater o déficit habitacional do país.

Defendemos a mobilização dos sem-teto e dos movimentos populares por moradia. Somos a favor de uma ampla reforma urbana, que tenha na raiz o combate à vergonhosa especulação imobiliária.

5) Inverter radicalmente os gastos públicos para saúde, educação e infraestrutura.

O superávit fiscal do governo, que exclui o pagamento dos juros, foi o maior da história. Chegou a R\$ 66,12 bilhões, o equivalente a 4,3% do PIB, maior, portanto, do que o acordado com o FMI, cuja meta era de 4,25% do PIB, ou seja, R\$ 65 bilhões. Esta economia de recursos visando o pagamento da dívida, foi a essência da política do governo para dar confiança aos “mercados”, isto é, aos bancos e detentores dos títulos públicos. Além disso, a DRU — Desvinculação de Receitas da União — desvia bilhões do orçamento constitucionalmente garantido para a educação e saúde, para engordar o superávit primário.

É preciso investir pesadamente em infraestrutura, nas estradas, cada vez mais abandonadas, em energia, num país onde tivemos o apagão por falta de investimentos.

No campo da saúde pública, é necessário alçar essa política à prioritária, de modo que os recursos para ela dirigidos sejam suficientes para atender as necessidades de saúde da população. Basta de hospitais para ricos e hospitais para pobres! É necessária uma medicina gratuita e eficiente para todos.

Os investimentos públicos devem ser pesados na educação em todos os níveis, garantindo a alfabetização de toda a população e acesso às universidades, umas das propostas é de 10% do PIB.

6) Ruptura com o FMI. Não ao pagamento da dívida externa. Não a ALCA. Auditoria da dívida externa e da dívida interna. Desmontagem e anulação da dívida interna com os bancos. Controle de câmbio e de capitais. Por um plano econômico alternativo.

Os trabalhadores brasileiros não podem mais seguir pagando por uma dívida que não contraíram e nem os beneficiou. Se incluirmos a dívida interna com os grandes bancos, os gastos do setor público somente com o pagamento dos juros da dívida atingiram ao fim do primeiro ano do governo Lula R\$ 145,2 bilhões, o que corresponde a 9,49% do PIB. Dois meses de pagamento dos juros equivalem ao gasto anual com o Sistema Único de Saúde. Dez dias de juros superam as verbas anuais do Programa Bolsa-Família. Uma montanha de recursos drenados para o cassino financeiro, superior inclusive a 2002, quando os juros pagos foram de R\$ 114 bilhões, ou 8,47% do PIB. Por sua vez, o endividamento externo se aprofunda e atinge hoje quase US\$ 220 bilhões de dólares.

É preciso romper essa lógica. Centralizar o câmbio e controlar a saída de capitais. É preciso dizer não ao FMI e ao acordo da ALCA — projeto de anexação do Brasil —, encabeçando um chamado pela constituição de uma frente dos países devedores. Em relação à dívida interna é preciso fazer uma auditoria da dívida, desmontar sua composição interna, anular a dívida com os bancos e preservar os pequenos e médios poupadores.

Assim, nosso programa resgata a decisão do tribunal da dívida externa realizado de 26 a 28 de abril de 1999, no Rio de Janeiro. Neste tribunal foi assumido um veredicto claro: a dívida externa brasileira, por ter sido constituída fora dos marcos legais nacionais, sem consulta ao povo e por ferir a soberania é injusta e insustentável, ética, jurídica e politicamente. Assumimos também o resultado do plebiscito realizado nos dias 2 a 7 de setembro de 2002, quando 94% de um total de mais de seis milhões de eleitores, sem campanhas na mídia e sem voto obrigatório, votaram soberanamente e definiram seu repúdio ao pagamento da dívida externa sem a realização prévia de uma auditoria pública. Um número também expressivo repudiou também o uso de grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores.

7) Abaixo as reformas reacionárias e neoliberais. Por reformas populares.

Desde Collor, FHC, Lula e agora Dilma, os governos aplicam reformas (na verdade, contra-reformas), a serviço do Fundo Monetário e do Banco Mundial, como a reforma da Previdência que privatiza a Previdência pública, entregando-a aos banqueiros. Já aprovaram também, com o apoio do Congresso Nacional, a “Lei de Falências” que tem como prioridade a “garantia dos direitos dos credores”. Ou seja, o direito dos bancos em detrimento do direito dos trabalhadores.

A próxima é a reforma universitária, que vai aprofundar o sucateamento e a privatização branca das universidades públicas, conforme os interesses do Banco Mundial.

Finalmente, estão preparando a reforma sindical e trabalhista, com o claro objetivo de flexibilizar os poucos direitos ainda assegurados em lei, dando às cúpulas das centrais o poder de negociar tudo, à revelia da base.

Somos contras as reformas neoliberais. Somos a favor de reformas que sejam para melhorar a vida da maioria do povo, como a reforma agrária e a reforma urbana.

Temos a necessidade também de uma profunda reforma tributária, que inverta a atual lógica que faz os impostos pesarem fundamentalmente sobre o trabalho e o consumo, e não sobre a riqueza e a propriedade, fazendo com que quem ganha menos pague proporcionalmente muito mais imposto do que quem ganha mais.

Defendemos a taxação das grandes fortunas, pesados impostos sobre os mais ricos e alívio da carga tributária sobre a classe média e os pobres.

8) Abaixo as privatizações. Estatização das empresas privatizadas. Expropriação dos grandes grupos monopólicos capitalistas.

No Brasil de FHC a captação de dólares foi garantida pelas privatizações. Embora estas tenham perdido fôlego, não foram definitivamente enterradas, como atesta a carta

compromisso do governo Lula e do FMI para privatizar quatro bancos estaduais, concretizada já no caso do Banco do Estado do Maranhão, comprado em fevereiro pelo Bradesco e recentemente o caso dos bancos Panamericano e Santos.

O balanço das privatizações durante o governo FHC mostra que tratou-se de entrega de patrimônio. O resultado financeiro das privatizações foi o seguinte: arrecadação de R\$ 85,2 bilhões e gastos de 87,6 bilhões.

O governo brasileiro ficou sem as empresas e teve um prejuízo líquido de pelo menos R\$ 2,4 bilhões com a entrega do patrimônio público para grandes empresas privadas. .

É preciso reverter este verdadeiro saque à Nação, começando pela reestatização das empresas privatizadas.

Mais do que isso, é preciso reorganizar o conjunto da vida econômica e social do país. Não é possível a produção ser destinada para o lucro em detrimento das necessidades da população. Uma minoria – latifundiários, especuladores, capitalistas e banqueiros – comanda o trabalho dos demais porque detém o controle dos meios de produção: os latifundiários controlam a terra; os capitalistas, os instrumentos de trabalho; os banqueiros, os recursos financeiros. Por isso, eles comandam a vida de todos os que, para trabalhar, precisam ter acesso a terra, instrumentos e recursos. Basta. A sociedade não pode organizar-se em torno do princípio da solidariedade e da igualdade produzir segundo as necessidades da população sem a expropriação desta minoria e o controle da sociedade sobre os grandes meios de produção e de crédito.

9) Confisco dos bens e prisão dos corruptos e sonegadores.

Há várias fontes de corrupção. As privatizações, a frouxidão no controle dos fluxos de capitais, facilitando e potencializando as remessas ilegais e a lavagem de dinheiro do crime. A não aprovação do financiamento público das campanhas eleitorais tem sido fator extra de relações de troca de favores entre os políticos que aceitam o financiamento privado das grandes empresas e seus financiadores. Temos também a corrupção no poder judiciário, político, policial. O governo do PT não tem mudado nada disso, como ficou evidente na operação abafa no caso Waldomiro-CPI. dos bingos.

Defendemos a investigação e punição dos escândalos de sonegação e corrupção – CPI's e comissões independentes de investigação.

Os crimes do colarinho branco engrossam a lista da impunidade. Por isso não aceitamos os privilégios que FHC garantiu para si e para o qual teve o acordo do atual presidente Lula. Trata-se do Foro privilegiado para os presidentes da República não serem julgados depois de encerrados seus mandatos.

10) Contrás as burocracias sindicais. Democracia nos sindicatos e nos movimentos sociais. Autonomia e independência frente ao Estado, governo e patrões.

Para impulsionar tanto as lutas imediatas quanto a construção de uma estratégia socialista, será fundamental combater as direções oportunistas que querem conciliar com a classe dominante e se submeter a seus interesses. Sempre vamos defender o princípio básico de que os trabalhadores devem confiar apenas na força da sua luta e

organização independente. Os sindicatos viveram um longo processo de burocratização nos anos 90. Cresceram as burocracias sindicais – como a Força Sindical e a maioria da direção da CUT.

Nós defendemos a mais ampla unidade de ação com todos que queiram lutar pelas reivindicações e não aceitam o caminho da entrega de direitos da classe trabalhadora. Defendemos a luta coordenada entre sindicatos, associações de moradores, pela construção de movimentos e fóruns de luta comum por reivindicações concretas. Defendemos a democracia nos sindicatos e em todas as organizações dos trabalhadores, defendemos a autonomia e a completa independência das entidades dos trabalhadores do governo, do Estado e dos patrões.

11) Democratização dos meios de comunicação.

O chamado “quarto poder” não pode ser monopólio privado capitalista. Atualmente, as concessões de rádio e TV são feitas à políticos e empresários amigos dos donos do poder econômico e político. Temos conglomerados capitalistas controlando e manipulando a informação. Defendemos a democratização radical dos meios de comunicação, portanto o fim das concessões de rádios e TVs como estão sendo feitas atualmente. Com a comunidade cultural do país é preciso reorganizar os meios de comunicação; é preciso um novo sistema de comunicação no qual a comunidade cultural, os jornalistas, os educadores articulem com os movimentos sociais e o povo organizado uma efetiva participação e democratização da informação e acesso à cultura. Os movimentos sociais não podem ser marginalizados dos meios de comunicação. Defendemos as rádios comunitárias e sua legalização.

12) Contra a insegurança e pelo direito a vida.

O Estado brasileiro não garante o mais elementar direito à vida e à segurança. As instituições que segundo a Constituição e as leis servem para proteger o povo — a polícia, a justiça, o sistema penitenciário e o poder político — estão infestadas de máfias e corruptos. A corrupção policial é avalizada pelo poder judiciário que é protegido pelo poder político. É preciso dismantelar toda esta estrutura se queremos o mínimo de segurança. É fundamental a democratização das forças policiais e em particular do Exército, com o direito a livre organização política das tropas, com direito das tropas elegerem seus próprios comandantes; com direito de promoção, sem limites para a baixa oficialidade. O novo partido elaborará uma plataforma específica sobre esta questão fundamental com a participação de todos os seus militantes deste setor e com os movimentos sociais dedicados ao assunto. Da mesma forma será elaborado o programa sobre os direitos humanos, partindo de alguns princípios: Contra a impunidade dos assassinatos que atingem os movimentos populares no campo e na cidade, bem como as populações pobres. Contra a tortura praticada sistematicamente nas dependências policiais. Contra a criminalização dos movimentos sociais. Pelo direito à verdade histórica e à abertura dos arquivos do Exército sobre a guerrilha do Araguaia.

13) Pela preservação do meio ambiente.

A construção de um ideário de superação do processo capitalista reúne hoje, além dos tradicionais pressupostos socialistas, um grande impulso ainda mais vital ligado à

questão ecológica. Esse fator pode contribuir decisivamente na reorganização dos trabalhadores internacionalmente.

Tendo claro que as forças de destruição irracionais acumuladas pelo sistema ameaçam o conjunto da humanidade e da vida no planeta, de tal forma que a luta contra o capitalismo significa a luta em defesa da ecologia, do meio ambiente e da vida, o novo partido elaborará sua plataforma ecológica com a intervenção direta do movimento ecológico nos próximos meses.

14) Combate ao racismo e contra a opressão dos negros.

A escravidão terminou como modo de produção – embora vergonhosamente tenhamos ainda no Brasil ilegalmente algumas áreas de trabalho escravo -, mas o racismo continua e os negros e as negras são os mais explorados e discriminados dos trabalhadores e do povo. Recebem menores salários do que os brancos; são os mais pobres, com menor acesso à escola e possibilidades de emprego. Chamamos o combate sem tréguas ao racismo, a toda e qualquer discriminação e repressão. Denunciamos como vendedores de ilusão e como pretensos defensores da luta do movimento negro aqueles que defendem a possibilidade de integração e de igualdade racial no capitalismo brasileiro. O movimento negro do novo partido irá discutir o programa necessário para enfrentar de modo eficaz esta luta.

15) Em defesa dos direitos das mulheres. Pela emancipação das mulheres.

Além das relações de classe, as mulheres estão submetidas a relações de opressão de sexo, que se reproduzem numa rígida divisão de trabalho e de papéis. As lutas feministas conquistaram muito nas últimas décadas. Há, entretanto, um longo caminho a percorrer na luta pela emancipação da mulher. A igualdade garantida em lei não se traduz na vida real. As mulheres vivem a dupla jornada de trabalho. São a maioria esmagadora nos subempregos e postos mais baixos na escala salarial e ainda recebem menos por trabalho igual ao dos homens. Defendemos o fim da discriminação sexual no trabalho, salário igual para função igual. Cada vez mais as mulheres assumem o posto de chefes de família, recaindo sempre sobre elas o cuidado com os filhos. As políticas públicas devem levar em conta esta realidade, priorizando, por exemplo, as mulheres nos programas habitacionais e de geração de emprego, bem como garantindo a existência de creches públicas nos locais de trabalho e estudo.

A violência é um dramático problema que atinge a população feminina. No trabalho são vítimas do assédio e abuso sexual, ameaçadas de perder o emprego se não cederam aos desejos de seus chefes. A cada minuto 3 mulheres são agredidas, 70% destas agressões ocorrem dentro de casa e a maioria das vítimas são mulheres pobres. Exigimos cadeia aos agressores, casas-abrigo para as mulheres vítimas da violência doméstica e punição ao assédio e ao abuso sexual. Nosso partido combate o machismo e a discriminação sexual, colocando-se na linha de frente da luta feminista. O movimento de mulheres do novo partido construirá ele mesmo o programa que impulse este combate.

16) A luta da juventude é, no presente, a luta pelo futuro.

A luta da juventude é decisiva. Há demandas claras do novo partido. Emprego para a juventude. Por uma escola pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade. Abaixo a

repressão a juventude. Pelo direito a cultura e ao lazer. Os militantes jovens do novo partido já começaram a construir a juventude do partido e escreverão eles mesmos seu programa.

17) Em defesa das minorias nacionais.

O Brasil se formou na esteira do genocídio indígena. Uma formação, portanto, desde o início baseada na opressão da maioria dos seus habitantes. O genocídio, porém, não terminou com o índio brasileiro. Numa sociedade com socialismo e democracia também os povos indígenas poderão recuperar e desenvolver sua cultura, o que tem sido cada vez mais difícil no atual sistema. Atualmente, são mais de 370 mil pessoas indígenas, 210 etnias e 170 línguas faladas identificadas. A defesa das terras e da cultura indígena é uma bandeira permanente do nosso partido, bandeira impulsionada por outras nações e povos indígenas em toda a América Latina e que faz parte fundamental da luta pela autodeterminação nacional.

18) Em defesa dos aposentados e idosos!

Milhões de trabalhadores chegam à velhice sem direito à aposentadoria e, portanto, sem nenhuma garantia de renda que lhes permita viver dignamente. Isso é resultado da permanência – e hoje crescimento – da informalidade das relações de trabalho. É urgente garantir a todos, independentemente de sua capacidade contributiva, uma renda para o momento da velhice.

Ao mesmo tempo, os trabalhadores que se aposentam, em sua grande maioria recebem aposentadorias baixíssimas, insuficientes para suas necessidades com saúde, moradia, alimentação. É preciso garantir condições dignas de vida para estes trabalhadores que durante anos produziram a riqueza do país.

Corrigir as injustiças e lutar para que sejam revistos e anulados os ataques aos aposentados executados nas reformas previdenciárias é parte das nossas bandeiras. Rejeitamos também a desvinculação do reajuste do salário mínimo do reajuste das aposentadorias. Por uma aposentadoria digna para todos.

19) Pela livre expressão sexual.

A perseguição à livre expressão sexual é uma constante que se expressa no trabalho, em locais públicos, no lazer. A repressão policial é uma constante contra lésbicas, bissexuais, gays, travestis, transexuais. A luta pelo direito a livre orientação sexual é uma luta nossa.

As mobilizações de centenas de milhares de pessoas em todo o país durante as chamadas paradas gays, com algumas marchas chegando a quase um milhão de pessoas, mostra o claro avanço da luta pelos direitos civis. Contra toda e qualquer violência e preconceito contra a orientação sexual dos GLBTS. Pelo reconhecimento da união patrimonial de pessoas do mesmo sexo e suas decorrências legais! Com estes princípios defendidos por todo o partido, os movimentos dos GLBTS construirão também o programa partidário sobre o tema.

20) A importância das tarefas democrático-políticas e a defesa das liberdades democráticas.

Os ataques do grande capital imperialista financeiro, sua busca por enquadrar todo o continente em uma ofensiva econômico-militar e com consequências jurídico-políticas como o da ALCA, fazem com que a defesa das liberdades democráticas e da soberania política do país sejam fundamentais para os socialistas.

O sufrágio universal é uma conquista. Combatemos o oportunismo expresso na posição que apenas vê importância nas eleições, mas combatemos também o sectarismo que despreza a importância das mesmas. As eleições, portanto, podem ser utilizadas pelos socialistas para chegar no povo trabalhador e contribuir no avanço de sua consciência e politização.

Queremos uma verdadeira Constituinte, soberana, democrática, capaz de reorganizar o país, instituir mudanças que tornem possível garantir educação, saúde, moradia, alimentação, trabalho e dignidade para todo o povo. Esta nova Constituição só pode ser resultado de um processo profundamente democrático, onde os constituintes não sejam eleitos sob o peso e a influência do poder econômico e da grande mídia. Tal bandeira não está colocada para a atual conjuntura, mas deve ser parte do programa de nosso partido conjuntamente com outras medidas democráticas.

Lutamos também por medidas democráticas radicais como a garantia de uma Câmara única com mandatos revogáveis. É importante igualmente se instituir e facilitar as decisões de temas nacionais relevantes por plebiscitos e referendos. Também o poder judiciário necessita de uma profunda reforma, mediante o fim da eleição dos juizes pelo presidente da República e a revogabilidade dos mandatos dos magistrados, com o recurso a participação popular nos julgamentos.

21) A luta da classe trabalhadora é internacional. Em defesa da solidariedade e da coordenação das lutas latino-americanas.

Defendemos a articulação política dos socialistas e internacionalistas de todos países, o apoio às lutas e a busca constante de uma coordenação das mesmas. Pela unidade dos trabalhadores e do povo da América Latina. Pela federação das Repúblicas da América Latina! Contra toda e qualquer intervenção imperialista na América Latina e no mundo, seja na Colômbia, na Venezuela, no Iraque ou na Palestina. Contra a vergonhosa intervenção do Brasil no Haiti, cumprindo o papel de tropas auxiliares dos Estados Unidos.

Consideramos decisiva a construção de uma frente de ação, política e social, que busque articular para a luta os movimentos e as forças sociais antiimperialistas no nosso continente. Na luta contra o imperialismo estamos pela mais ampla unidade de ação com todas as forças que estejam dispostas a uma ação concreta contra o mesmo.

CARTA DO CANDIDATO À PREFEITURA

CARTA AO POVO DA CIDADE DE CAMPO GRANDE.

***“Não espero ser o representante da esperança,
posto que esta é passível de frustrações.
Espero ser a ferramenta do povo campo-grandense no exercício das mudanças.”***

A todos os homens e mulheres de bem de nossa Campo Grande:

Desde muito cedo, a inquietude da alma me levou a questionar as coisas como são. Sempre discordei da lógica perversa que apontava o trabalho como forma de esforço coletivo em benefício de poucos.

Sou mais um inconformado com a falta de respeito traduzida em serviços de saúde sem médicos, em transporte público sem abrigos, sem conforto, sem justa tarifa e com um trabalhador fazendo o serviço de dois.

Como militante da educação, ousei defender os mestres e alunos propondo pela luta, que a estrutura chamada escola não se transformasse em um mero depósito de gente como insiste o poder.

Como cidadão, senti na pele o desconforto e o efeito da insegurança, e mantive-me indignado com a idéia de que os homens recebessem fardas e armas apenas para cuidar de prédios, ruas e coisas. Sempre entendi que a segurança devia existir para cuidar do maior patrimônio de nossa cidade, ou seja, para cuidar da nossa gente.

Ver o povo menos favorecido ser “empurrado” para os cantos menos desenvolvidos de nossa cidade, sendo constantemente vítimas de desocupações truculentas que atuam a serviço dos interesses dos especuladores imobiliários, ver casas simples construídas com o suor do trabalho serem removidas para a implantação de grandes edifícios ou para abertura de avenidas que levam do nada a lugar nenhum numa franca demonstração de desperdício do dinheiro público, gerou em mim a mesma revolta que acredito existir em todo cidadão, sobretudo no peito de cada cidadão oprimido por tais ações.

Observar o contraste entre as propagandas que exaltam os recursos bilionários arrecadados e a degradação do meio ambiente, principalmente quando presenciamos pessoas sendo engolidas, soterradas e mortas pelo lixo de nossa cidade como no lamentável exemplo da morte do menino Maikon Andrade no lixão é a maior demonstração de que nada disso é natural ou normal. É preciso Mudar!

Todas estas ações desumanas, arbitrarias e preconceituosas, acrescidas dos altos impostos, tributos e taxas como o IPTU, Carnê do Asfalto e Indústria de Multas não correspondem ao que entendo e defendo como Estado Democrático de Direito.

Encontrei no PSOL o instrumento que me permite, em conjunto com o povo de nossa cidade, ser a ferramenta para as mudanças urgentes e necessárias. Acredito no socialismo como forma eficaz de organização da nossa gente na construção de uma cidade administrada com o principio fundamental da humanidade. Acredito na liberdade como condição essencial da felicidade coletiva e do exercício pleno da democracia.

Por todas estas e outras razões, hoje, aos 42 anos, na condição de trabalhador da educação, de esposo, de pai, enfim de cidadão, sinto-me feliz na missão de propor um

novo caminho para administração de nossa cidade. Um caminho político que considere antes de tudo o ser humano como principal objetivo do exercício do poder.

Temos então, nas eleições deste ano, duas alternativas distintas: Manter tudo como está e sempre esteve, ou apostar que somos capazes de fazer o novo, o diferente, o melhor para a democracia e para o povo de Campo Grande.

Peço-te antes do voto, a reflexão e a participação na construção de uma nova realidade.

Chega de mais do mesmo, agora é 50, agora é PSOL.

Fraterno abraço.

Professor Sidney Melo.

INTRODUÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO

1 – Texto sobre o município

Campo grande sempre foi governada por promessas e falácias, as prioridades nunca foram às que clama o povo, prova disso é descaso com a saúde no município, o transporte público, os problemas com o trânsito a falta de estímulo para com o esporte municipal e com a cultura e o lazer na cidade.

Apesar de previsto no plano diretor municipal, não existe nada que possibilite a real participação popular. As informações invisíveis, de difícil acesso popular e nenhuma dispensa das atividades cotidianas para quem tiver interesse em participar. Os movimentos sociais são reprimidos, com presença de policiamento ostensivo. E ameaças para com os participantes.

Economia de recursos visando o pagamento da dívida, foi a essência da política do governo para dar confiança aos “mercados”, isto é, aos bancos e detentores dos títulos públicos. Além disso, Desvinculação de Receitas — desvia verbas do orçamento constitucionalmente garantido para a educação e saúde. As reformas são reacionárias e neoliberais. Quem ganha menos paga proporcionalmente muito mais imposto do que quem ganha mais. Tudo isso foi constituído sem consulta ao povo e por ferir a soberania é injusta e insustentável, ética, jurídica e politicamente.

Atualmente os motoristas do transporte público municipal fazem dupla função, também como cobradores. O ônibus com pagamento através de cartão limita o direito de ir e vir das pessoas. As licitações de transporte público feitas de última hora têm fortes indícios de futuros financiamentos de campanha. Má estruturação das linhas de ônibus. Valor absurdo das tarifas do transporte que deveria ser público, não privado. O passe do estudante é muito limitado, dificultando a participação dos estudantes em atividades

extracurriculares, etc. lotação dos ônibus e grande espaço de horários entre as linhas de bairro.

Tudo é voltado para o centro, quando se fala em melhorias (vide o plano de revitalização do centro). A segurança é feita para os comerciantes do centro, assim como as reformas e melhorias que favorecem somente a classe burguesa do município.

Debate sobre a Guarda Municipal, melhores salários, não ser utilizada como instrumento político, caso do ato do aumento da passagem e apreensão dos jornais da CUT que falavam sobre o André, Debate sobre a política de pacificação feita no bairro Tiradentes; A polícia age de um jeito no Carandá e de outro jeito no Los Angeles; Debate sobre Nova Lima; criminalização da pobreza, criminalização dos movimentos. SEGURANÇA PARA QUEM?

Falta de médicos; dentistas; questão dos leitos dos hospitais; Para a população de Campo Grande é frustrante os serviços públicos de saúde. As pessoas saem mais doentes do que quando procuraram ajuda da saúde pública e as demais preferem meios alternativos à procurarem um posto de saúde, devido a falta de confiança no sistema sanitário municipal.

Baixo salário dos professores, e falta de autonomia em sala de aula. Pouco estímulo a especialização dos professores. A localização das escolas não acompanhou o desenvolvimento da cidade, criando unidades escolares com espaços ociosos e outras unidades com salas superlotadas.

Poucos centros esportivos públicos, poucas pistas de caminhada e ciclismo. Raríssimas piscinas públicas.

Não existe um cinema público. E são raras as fontes de cultura e lazer públicas.

A cidade é projetada para carros e os pedestres e ciclistas são menosprezados. Cidade da Violência no Trânsito;

Uma minoria – latifundiários, especuladores, capitalistas e banqueiros – comanda o trabalho dos demais porque detém o controle dos meios de produção: os latifundiários controlam a terra; os capitalistas, os instrumentos de trabalho; os banqueiros, os recursos financeiros. Por isso, eles comandam a vida de todos os que, para trabalhar, precisam ter acesso a terra, instrumentos e recursos.

Poucas fontes de abastecimento de alimentos populares. E alto custo dos alimentos na cidade.

Além das relações de classe, as mulheres estão submetidas a relações de opressão de sexo, que se reproduzem numa rígida divisão de trabalho e de papéis. A igualdade garantida em lei não se traduz na vida real. As mulheres vivem a dupla jornada de trabalho. São a maioria esmagadora nos subempregos e postos mais baixos na escala salarial e ainda recebem menos por trabalho igual ao dos homens. Cada vez mais as mulheres assumem o posto de chefes de família, recaindo sempre sobre elas o cuidado com os filhos.

Por essas e outras razões é que o PSOL em sua luta entra nesta disputa, porque, Campo Grande não merece esse descaso. Uma cidade amada por seus habitantes, uma das mais belas cidades do mundo, com enorme potencial para desenvolver uma qualidade de vida sem precedentes, tem tudo para servir de exemplo para o mundo.

Essa é a luta que o PSOL quer fazer, que Campo Grande, sirva de exemplo para o mundo como a cidade símbolo de qualidade de vida da população. Onde se diminuem as diferenças dia após dia e a felicidade é para todos e não para alguns privilegiados por um sistema monstruoso e desumano.

Essas são as prioridades assumidas pelo PSOL para levar a população rumo a sua auto-organização, sua independência e liberdade, frente aos oportunistas e exploradores, que nós sabemos quem são. Força Campo Grande, nossas sinceras estimas à cidade MORENA.

2 – Relato de como foi elaborado o Programa de Governo

Este programa de governo foi realizado por etapas sucessivas e simultâneas adaptadas a realidade do município e os meios disponíveis. Pode ser realçado o processo participativo e democrático de construção do Programa de Governo, mostrando que desde já o PSOL reconhece e respeita o conhecimento da população sobre sua realidade cotidiana e honra seu compromisso com a democracia.

Através de instrumentos como: registro sistemático das atividades de elaboração do Programa de Governo; sistematização de dados e informações sobre o município e sobre a realidade da ação do atual governo municipal; indicação de necessidades e demandas, para a definição de prioridades e compromissos do Programa de Governo; registro de propostas articuladas às necessidades e demandas da população; articulação das propostas do Programa de Governo com as diretrizes do partido e os princípios que orientam a campanha municipal de 2012; formatação do Programa de Governo de maneira explícita, objetiva e didática. Indicando as intenções e os compromissos das candidaturas do PSOL às eleições municipais de 2012.

Tais instrumentos foram adequados à especificidade de Campo Grande – MS, sob a forma de: perguntas; tabelas; formulários; roteiros; etc. As etapas de elaboração do programa de foram as seguintes: desde sua preparação, estruturação, ampliação e detalhamento, análise do processo de transição até a elaboração do plano em si.

O Plano de Governo é um processo de elaboração constante e no decorrer das futuras atividades ele vai ser sempre melhorado, corrigido e executado.

3 – Diretrizes

Consideramos assim que são critérios balizadores para as eleições municipais:

a) Em relação aos objetivos, o partido deve lutar para apresentar candidatos comprometidos com o programa e resoluções dos seus fóruns e procurar eleger prefeito e vereadores, tendo claro que a ocupação e ampliação de espaços institucionais é uma importante tática para o objetivo mais geral, que deve ser a ampliação da inserção social do partido e suas propostas junto à classe trabalhadora e os movimentos sociais.

b) A política de ampliação das alianças do partido deve estar voltada para os movimentos sociais e populares comprometidos com as demandas, lutas e reivindicações nos municípios, não tendo alianças com organizações civis burguesas.

c) O partido deve fazer um esforço para apresentar no âmbito municipal um programa e anticapitalista e socialista, ampliando a construção do programa e das campanhas eleitorais do partido *para e com* os movimentos sociais e suas demandas.

Em particular para a disputa das prefeituras cabe manter a coerência com os objetivos programáticos e estratégicos do partido, tendo como patamar mínimo a carta compromisso dos candidatos do partido aprovada nas duas últimas conferências eleitorais do PSOL. Aos parâmetros estabelecidos naquela carta adendamos alguns pontos mínimos de programa que consideramos imprescindíveis para essa nova conjuntura e como concepção de governo:

a) Prefeituras do PSOL se propõem a governar e deliberar chamando a população, através de conselhos populares ou comunitários a decidir sobre o conjunto do orçamento para educação, saúde, transporte, moradia, etc, sobre a tributação na cidade e sobre os grandes temas e diretrizes de governo.

b) Prefeituras do PSOL não vão reprimir movimentos sociais e greves e nem promover ou avalizar as remoções ou desocupações de comunidades e bairros pobres para atender interesses do capital e da especulação imobiliária.

c) Prefeituras do partido não vão empenhar recursos públicos ou garantir isenções fiscais para obras de megaeventos, para empreiteiras, pelo contrário, vão congelar os projetos e obras que tenham a ver com especulação imobiliária, remoções, etc. No quadro atual das grandes cidades o centro de uma prefeitura socialista é combater a especulação imobiliária e apresentar um projeto de governo que resolva a questão da habitação, do barateamento do transporte público e com medidas que combatam a segregação social crescente nas cidades.

d) Prefeituras do PSOL vão auditar a dívidas dos municípios e submeter a solução sobre pagamento de juros e recursos sociais para plebiscitos populares, apelando à mobilização popular para defender as medidas anti-capital.

4 – Apresentação da composição do programa: diagnósticos, prioridades e propostas

EIXO - DEMOCRACIA		
Tema: Participação Popular		
DIRETRIZES	DIAGNÓSTICO	PROPOSTAS
Governar e deliberar chamando a população.	Apesar de previsto no plano diretor municipal, não existe nada que	Através de conselhos populares ou comunitários a decidir sobre o conjunto

	possibilite a real participação popular. Informações invisíveis, difícil acesso popular e nenhuma dispensa das atividades cotidianas para quem tiver interesse em participar.	do orçamento para educação, saúde, transporte, moradia, etc, sobre a tributação na cidade e sobre os grandes temas e diretrizes de governo. Facilitar a participação popular, através da construção de projeto de lei que garanta abono de faltas aos trabalhadores sejam da esfera pública ou privada para que todo cidadão possa participar do debate.
--	---	--

EIXO - DESCRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA		
Tema: Movimentos Sociais		
DIRETRIZES	DIAGNÓSTICO	PROPOSTAS
Prefeituras do PSOL não vão reprimir movimentos sociais e greves e nem promover ou avalizar as remoções ou desocupações de comunidades e bairros pobres para atender interesses do capital e da especulação imobiliária.	Os movimentos sociais são reprimidos, com presença de policiamento ostensivo. E ameaças para com os participantes.	O resgate da independência política dos trabalhadores e excluídos. Soldar a unidade entre todos os setores do povo trabalhador – todos os trabalhadores, os que estão desempregados, com os movimentos populares, com os trabalhadores do campo, sem-terra, pequenos agricultores, com as classes médias urbanas, nas profissões liberais, na academia, nos setores formadores de opinião. Permitir a construção da auto-organização independente e do poder alternativo popular, para além dos limites da ordem capitalista. Por isso, nosso partido rejeita os governos comuns com a classe dominante.

EIXO - RECURSOS PÚBLICOS		
Tema: Inversão de Prioridades		
DIRETRIZES	DIAGNÓSTICO	PROPOSTAS

<p>Prefeituras do partido não vão empenhar recursos públicos ou garantir isenções fiscais para obras de megaeventos, para empreiteiras, etc.</p>	<p>Economia de recursos visando o pagamento da dívida, foi a essência da política do governo para dar confiança aos “mercados”, isto é, aos bancos e detentores dos títulos públicos. Além disso, Desvinculação de Receitas — desvia verbas do orçamento constitucionalmente garantido para a educação e saúde. As reformas são reacionárias e neoliberais. Quem ganha menos paga proporcionalmente muito mais imposto do que quem ganha mais.</p>	<p>No quadro atual das grandes cidades o centro de uma prefeitura socialista é combater a especulação imobiliária e apresentar um projeto de governo que resolva a questão da habitação, do barateamento do transporte público e com medidas que combatam a segregação social crescente nas cidades. Inverter radicalmente os gastos públicos para saúde, educação e infraestrutura. Reformas populares que sejam para melhorar a vida da maioria do povo, como a reforma agrária e a reforma urbana. Estudar uma forma justa para delimitar a cobrança de impostos.</p>
DIRETRIZES	DIAGNÓSTICO	PROPOSTAS

EIXO - Transporte Público		
Tema: Dignidade no Transporte Público		
DIRETRIZES	DIAGNÓSTICO	PROPOSTAS
<p>Priorizar o transporte público e frisar a importância do transporte coletivo.</p>	<p>Atualmente os motoristas fazem dupla função, também como cobradores. O ônibus com pagamento através de cartão limita o direito de ir e vir das pessoas. As licitações de transporte público feitas de última hora têm fortes indícios de futuros financiamentos de campanha. Má estruturação das linhas de ônibus. Valor absurdo das tarifas do transporte que deveria ser público, não privado. O passe do estudante é muito limitado, dificultando a</p>	<p>Volta dos cobradores; transporte de fato público; subsidio do passe livre deve ser social. A aceitação de moeda corrente como forma de pagamento de tarifa.</p>

	participação dos estudantes em atividades extracurriculares, etc. lotação dos ônibus e grande espaço de horários entre as linhas de bairro.	
--	---	--

EIXO - URBANISMO		
Tema: Reforma Urbana		
DIRETRIZES	DIAGNÓSTICO	PROPOSTAS
Direito à cidade, contra a reforma urbana.	Tudo é voltado para o centro, quando se fala em melhorias (vide o plano de revitalização do centro).	<p>Comprar imóveis que não estejam sendo utilizados, para fazer cumprir a função social da propriedade; Direito à cidade; ciclo via e ciclo faixa; revitalização dos bairros. Reforma urbana, que tenha na raiz o combate à vergonhosa especulação imobiliária.</p> <p>Municipalização do sistema de estacionamento rotativo.</p>

EIXO - Segurança Pública		
Tema: política de segurança pública repressora, segurança para quem?		
DIRETRIZES	DIAGNÓSTICO	PROPOSTAS
Segurança pública pautada pelos Direitos Humanos;	<p>Debate sobre a Guarda Municipal, melhores salários, não ser utilizada como instrumento político, caso do ato do aumento da passagem e apreensão dos jornais da CUT que falavam sobre o André, Debate sobre a política de pacificação feita no bairro Tiradentes; A polícia age de um jeito no Carandá e de outro jeito no Los Angeles; Debate sobre</p>	<p>Enfatizar que é trabalhador contra trabalhador; Apoiar os movimentos da classe; Fortalecer a Guarda Municipal; Criar postos avançados da Guarda Municipal nos bairros; Rever os valores norteadores da Agência de Trânsito (Agetran). Educar mais, multar menos.</p>

	Nova Lima; criminalização da pobreza, criminalização dos movimentos. SEGURANÇA PARA QUEM?	
--	---	--

EIXO - Saúde		
Tema: falta de médicos e profissionais da área		
DIRETRIZES	DIAGNÓSTICO	PROPOSTAS
Priorizar o serviço público de saúde.	Falta de médicos; dentistas; questão dos leitos dos hospitais;	Aumentar o investimento, saúde pública; criar laboratórios de análises clínicas municipais por regiões. Criação do Hospital Municipal; Criação de Centro Hospitalar especializado em dependência química. Criação do Hospital Municipal da criança.

EIXO - Educação		
Tema: decadência na educação		
DIRETRIZES	DIAGNÓSTICO	PROPOSTAS
Priorizar a educação pública.	Baixo salário dos professores, e falta de autonomia em sala de aula. Pouco estímulo a especialização dos professores. Poucas escolas superlotadas. E planos de saúde extremamente limitados para os professores.	Melhores salários para os professores; Implantar a gestão democrática nas unidades escolares com a criação de eleições diretas para os diretores. (gestão democrática). Criação de escolas locais; Garantis de segurança para os profissionais em educação;

		Cumprimento do Piso Salarial na íntegra pra cada 20 h/a.
--	--	--

EIXO - ESPORTE		
Tema: descaso com o esporte.		
DIRETRIZES	DIAGNÓSTICO	PROPOSTAS
Propiciar a prática de esportes.	Poucos centros esportivos públicos, poucas pistas de caminhada e ciclismo. Raríssimas piscinas públicas.	Mais centros esportivos públicos, parques e onde for possível instalação de equipamentos e materiais que propiciam a pratica esportiva, além de, pistas de caminhada, de corrida, de ciclismo e piscinas. Criação das escolas públicas de esportes.

EIXO – CULTURA E LAZER		
Tema: descaso para com a cultura e o lazer do município		
DIRETRIZES	DIAGNÓSTICO	PROPOSTAS
Todos devem ter acesso a meio de cultura e lazer.	Não existe um cinema público. E são raras as fontes de cultura e lazer públicas.	Criação do cinema municipal e outras fontes de cultura e lazer públicas. Centros culturais, bibliotecas e centros de convivência (jovens, idosos, mulheres).

EIXO - EMPREGO		
Tema: exploração		
DIRETRIZES	DIAGNÓSTICO	PROPOSTAS
O trabalho não deve ser fonte de exploração.	Uma minoria – latifundiários, especuladores, capitalistas e banqueiros – comanda o	Incentivo as empresas que contribuam com o fator social;

	<p>trabalho dos demais porque detém o controle dos meios de produção: os latifundiários controlam a terra; os capitalistas, os instrumentos de trabalho; os banqueiros, os recursos financeiros. Por isso, eles comandam a vida de todos os que, para trabalhar, precisam ter acesso a terra, instrumentos e recursos.</p>	<p>Redução de Tributação para empresas que proporcionem vagas para o 1º emprego, bem como ofereça vagas de emprego para a faixa etária compreendida à partir da meia idade;</p> <p>Incentivo Fiscal para empregadores de trabalhadores portadores de necessidades especiais;</p>
--	--	--

EIXO - ALIMENTAÇÃO		
Tema: alto custo para a alimentação		
DIRETRIZES	DIAGNÓSTICO	PROPOSTAS
<p>Favorecer a produção local de alimentos e estimular a baixa do preço dos alimentos.</p>	<p>Poucas fontes de abastecimento de alimentos populares. E alto custo dos alimentos na cidade.</p>	<p>Mais fontes de abastecimento populares de alimentos. Mais mercados públicos e hortas comunitárias. Dar preferência para os alimentos produzidos no município.</p> <p>Criação do cinturão verde.</p> <p>Fomentar a agricultura familiar em Campo Grande;</p>

EIXO – POLÍTICA PARA AS MULHERES		
Tema: igualdade entre sexos		
DIRETRIZES	DIAGNÓSTICO	PROPOSTAS
<p>Reduzir as diferenças.</p>	<p>Além das relações de classe, as mulheres estão submetidas a relações de opressão de sexo, que se reproduzem numa rígida divisão de trabalho e de papéis. A igualdade garantida em lei não se traduz na vida real. As mulheres vivem a dupla jornada de trabalho. São a maioria esmagadora nos subempregos e postos mais baixos na escala salarial e</p>	<p>Prioridade para as mulheres nos programas habitacionais e de geração de emprego, bem como garantindo a existência de creches públicas nos locais de trabalho e estudo.</p> <p>. Defendemos o fim da discriminação sexual no trabalho, salário igual para função igual.</p> <p>Aumentar as vagas das creches.</p> <p>Criação da Secretaria</p>

	<p>ainda recebem menos por trabalho igual ao dos homens.</p> <p>Cada vez mais as mulheres assumem o posto de chefes de família, recaindo sempre sobre elas o cuidado com os filhos.</p>	Municipal dos Direitos da Mulher.
--	---	-----------------------------------

EIXO – POLÍTICA PARA AS MINORIAS		
Tema: Combate ao Preconceito		
DIRETRIZES	DIAGNÓSTICO	PROPOSTAS
Tratar com igualdade de direitos os grupos denominados como minorias pela sociedade.	Considerando o elevado número de assassinatos e outros crimes de violência praticados contra as pessoas que formam os grupos denominados como GLBTTS, as profissionais do sexo, os indígenas, os menores e moradores de rua, entre outros, torna-se necessária a implantação de políticas públicas efetivas no combate dessas mazelas sociais.	Humanizar o atendimento das minorias pelas autoridades competentes das áreas de Saúde, Segurança e Educação. Garantir cotas dos programas sociais da prefeitura destinadas a tais “minorias”. Oferecer cursos de qualificação profissional; Criar espaços humanizados que sirvam de abrigos para acolher esta parcela da sociedade com dignidade.

EIXO – POLÍTICA PARA A JUVENTUDE		
Tema: Inclusão e Respeito.		
DIRETRIZES	DIAGNÓSTICO	PROPOSTAS
Tratar da Juventude como parcela fundamental da sociedade e reconhecer sua potencialidade e sua expressão cada vez mais demograficamente representada.	A juventude objeto de discursos vazios e eleitoreiros nas disputas políticas em Campo Grande. No entanto, nunca, em nenhum dos modelos de gestão da prefeitura, os jovens tiveram espaço e liberdade para protagonizar seu próprio destino.	Criação da Secretaria Municipal de Juventude composta pela participação e indicação das entidades de juventude do município.

